

ação
civil
pública
mudanças
nas regras
eleitorais
apoio a
mobilizações
de outras
categorias
luta contra
privatização
do esgoto
grito dos
excluídos
fórum dos
movimentos
sociais
cidadania
em debate
romaria
da terra e
da água
arte & cultura
4º Congresso Sinsepes
furb federal
www.sinsepes.org.br
DOIS ANOS
DE UNIDADE
E LUTA
universitária
expressão
dia mundial sem carro
manifesto
"todos pela
democracia"
reformas
na sede do
sindicato
fórum dos
trabalhadores
de Blumenau
fórum social
mundial 2010
reflexão
sindical
1º de
maio
consuni
apoio à rádio
comunitária da
fortaleza
imprensa
alternativa

Nesta edição especial de fim de
ano, diretoria do Sinsepes
faz um balanço da sua atuação sindical

Editorial

Esta é uma edição especial do *Expressão Universitária*. Esta edição de final de ano, com quatro páginas extras, além de trazer artigos sobre os temas tradicionalmente abordados (questões internas da FURB, notícias da cidade, cultura, cidadania, etc.) marca os dois anos em que estivemos na direção do SINSEPEs. Por isso, nesta edição de dezembro e janeiro, incluímos um balanço das atividades do sindicato no período, os avanços e conquistas na defesa

dos trabalhadores da FURB e da cidade de Blumenau. Também continuamos abrindo espaço para artigos escritos pelos trabalhadores do SINSEPEs, valorizando as pessoas sem as quais seria impossível representar de forma adequada a nossa categoria. Em virtude das férias, o "Jogo de Blumenau" relembra fatos marcantes desse período, de forma bem humorada reavivando nossa memória sobre questões importantes. Porém, mesmo com tudo isso, nos mantemos alerta e continua-

mos a análise dos Termos de Ajustamento de Conduta, firmados pela FURB e Ministério Público, uma das mais importantes questões a serem enfrentadas no próximo ano.

Com esta edição, desejamos a todos os leitores, e em especial aos servidores da FURB, um bom descanso no período de recesso e um ótimo retorno às atividades em 2011.

Diretoria do SINSEPEs

De TAC em TAC...

POR LUIZ HEINZEN, professor da FURB e tesoureiro do SINSEPEs <luihz53@gmail.com>

Um dia após a publicação do último *Expressão Universitária*, o Professor Doutor Eduardo Deschamps, reitor da FURB na gestão 2006/2010, entrou em contato com o presidente do SINSEPEs para dizer que eu estava equivocado em artigo da edição de novembro que comentava o TAC (Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta) firmado entre o Ministério Público e a FURB. Então fiquei com a obrigação de escrever novo texto informativo fazendo um esclarecimento sobre o que aconteceu.

Na época da gestão de Eduardo Deschamps, o SINSEPEs, entendendo que era relevante tornar público o teor do TAC firmado, encaminhou ofício solicitando cópia daquele documento. A Procuradoria Geral da FURB respondeu nossa solicitação, onde afirma que "cumprir informar que a ação civil pública já foi considerada extinta, podendo toda a movimentação processual ser consultada no Sistema de Automação do Judiciário (SAJ) através do site www.tj.sc.gov.br".

Bastou uma consulta ao endereço recomendado para ver a quantidade de processos envolvendo a FURB e a dificuldade que se teria em obter os documentos do processo, além do que, no sistema só aparece a tramitação do processo, sem acesso aos documentos firmados entre as partes.

Ainda em conversa com o Procurador Geral da FURB à época, Professor Feliciano Alcides Dias, foi dito ao presidente do SINSEPEs que não havia nenhum outro docu-

mento que tratasse dos contratos de professores ou técnicos temporários, além daqueles integrantes do processo referente à Ação Civil Pública em questão, que analisamos e publicamos na edição anterior. Cabe ainda ressaltar que até a publicação do artigo, o SINSEPEs tinha conhecimento de apenas um TAC. Curiosamente, depois da publicação do *Expressão Universitária* de novembro, ficamos sabendo que

Curiosamente, depois da publicação do *Expressão Universitária* de novembro, ficamos sabendo que havia outro TAC

havia outro TAC, anterior ao analisado no artigo, sendo a cópia do mesmo encaminhada ao SINSEPEs pela atual Procuradoria Geral da FURB, cuja íntegra pode ser consultada na página do SINSEPEs (www.sinsepes.org.br).

Da análise deste outro TAC, firmado em 1º de julho de 2010, por conta de outro processo, descobrimos que havia 96 professores substitutos com processo seletivo ocorrido há mais de dois anos, que havia um protocolo de intenções de demitir os professores substitutos e admitir, no prazo de um ano, professores concursados.

Na cláusula 1ª, a Universidade compromete-se a rescindir o contrato de todos os professores subs-

titutos admitidos há mais de 2 anos até o início do segundo semestre letivo de 2011.

Na Cláusula 3ª a Reitoria compromete-se a encaminhar proposta de regulamentação de forma que qualquer processo seletivo tenha, doravante, pelo menos uma prova escrita ou objetiva.

Na cláusula 9ª é estipulada multa diária de R\$2.000,00 em caso de descumprimento do ajuste.

Existem atitudes na FURB que fogem ao meu entendimento e acredito que não sou o único a não encontrar a razão de tais atitudes. Ficam então algumas perguntas, para quem quiser e puder responder:

- Se a FURB, o Ministério Público e a Prefeitura Municipal, que assinaram o referido TAC, são instituições públicas, por que este documento não foi tornado público logo após sua assinatura?

- Por que as rescisões não foram previstas no Orçamento do ano seguinte?

- A quem responsabilizar e que atitudes cabem para este caso (ou seria incompetência)?

- Como fica a situação destes professores, já que o termo firmado não indica se eles podem ou devem participar de novos concursos para o quadro ou para professores substitutos novamente?

- Por que foi alterada a forma de contratação dos professores substitutos, agora por Contrato Administrativo, quando este é considerado passível de ilegalidade pelo entendimento de vários profissionais da área jurídica?

Cronologia

Em 14 de setembro o Sinsepes encaminha, à Procuradoria Geral da Furb, ofício com o seguinte teor:

"Com cordiais cumprimentos, por meio deste, solicitamos cópia da minuta do Termo de Ajustamento de Conduta, bem como quaisquer documentos firmados pela Furb referentes aos dobramentos da Ação Civil Pública do Ministério Público de Santa Catarina nº 008.08.023501-5 e da regularização dos cargos ocupados por servidores admitidos sem concurso público."

Em 17 de setembro, a resposta tem a seguinte redação:

"Cumprimentando-o cordialmente, acusamos o recebimento do ofício 24/2010, firmado por vossa senhoria, no qual solicita que esta Procuradoria remeta cópia da minuta do Termo de Ajustamento de Conduta, bem como de outros documentos relativos à Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público de Santa Catarina, e a regularização dos cargos ocupados por servidores admitidos sem concurso público. Cumprir informar que a ação civil pública já foi considerada extinta, podendo toda a movimentação processual ser consultada no Sistema de Automação do Judiciário (SAJ), através do site: www.tj.sc.gov.br."

Sendo este o entendimento da Progef, o presidente do Sinsepes consulta pessoalmente o Procurador Geral, é orientado a buscar a Ação Civil Pública diretamente junto ao judiciário para conhecimento do TAC e informado de que nenhum outro documento, interno ou externo, trata da questão dos servidores não admitidos por concurso público.



As assembleias realizadas pelo Sinsepes são um exemplo de aplicação da lógica da democracia deliberativa (Foto: Leo Laps - 24/03/2010)

Democracia deliberativa e Universidade

POR HUMBERTO SCHROEDER NETO, acadêmico do curso de Direito e secretário do SINSEPEs

A democracia deliberativa (ou participativa, como alguns preferem chamá-la) consiste em um regime onde a participação popular não se dá somente através do voto. Trata-se de uma proposta ambiciosa: tornar o cidadão comum agente político capaz de defender, opinar e propor ideias de seu interesse e de interesse da comunidade à qual pertence, tornando assim o processo de deliberação e escolha de representantes muito mais justo, já que o cidadão poderá manifestar de uma forma mais direta sua insatisfação quando os representantes não cumprirem com aquilo que haviam sido designados a cumprir.

O regime da democracia deliberativa também é de grande valia quando for necessário realizar uma discussão ampla de algo nebuloso, pois tende a ser um espaço em que as diversas opiniões divergentes entre si são avaliadas pelo coletivo, o que enriquece o debate acerca do tema em discussão e fortalece a dimensão democrática que se pretende criar, possibilitando a construção de decisões justas na medida em que foram ratificadas pelos representados nestas discussões.

Mas até que ponto essa abstração é aplicável no âmbito da Universidade? É possível tornar a participação de servidores técnico-administrativos, docentes e acadêmicos realmente eficaz nas instâncias em que existem processos de tomada de decisões colegiadas, onde os mesmos tem representação?

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que a Universidade é a instituição responsável por fomentar a expansão do conhecimento em nível superior, na forma de ensino, pesquisa e extensão, e sendo este seu objetivo principal, podemos concluir que a mesma deve incentivar a formação de mecanismos onde é assegurada a livre manifestação do pensamento e espaços onde é possível catalisar as discussões de cada grupo representativo de determinado segmento da comunidade universitária.

Como exemplo, podemos citar o Conselho Universitário, que é o órgão máximo e soberano de deliberação em assuntos de política acadêmica, administrativa e financeira da FURB. Nele há vários segmentos representados, mas nem sempre as decisões tomadas no Conselho Universitário (CONSUNI) refletem aquilo que é anseio da comunidade universitária, pois o processo de tomada de decisão é todo pautado na democracia representativa, onde os servidores, docentes e estudantes participam apenas na hora de eleger seus representantes, não tendo a partir de então nenhum poder para interferir na tomada de decisões que podem ser de seu interesse direto.

Embora o processo de deliberação no CONSUNI seja basicamente na forma representativa, podemos observar que alguns componentes do Conselho fazem uso da democracia deliberativa para, previamente, definir em conjunto com seus representados aquilo que é consenso perante a maioria, possibilitando que os indivíduos que, via de regra, não participam do processo decisório, tenham voz para defender seus interesses.

As assembleias realizadas pelo SINSEPEs são um exemplo de aplicação da lógica da democracia deliberativa, onde os servidores - sejam eles professores ou técnico-administrativos, sindicalizados ou não - tem a oportunidade de se manifestar sobre determinado tema, argumentando e trazendo à luz seu ponto de vista sobre a problemática apresentada, que repercutirá em seu dia-a-dia enquanto trabalhador da Universidade. Sendo que, após haver consenso ou aprovação pela maioria, todos que compõem o segmento tornam-se co-responsáveis pelas deliberações acolhidas, devendo zelar pelo cumprimento da vontade majoritária.

É necessário ressaltar que nem sempre é possível realizar a reunião do grupo para debater/discutir/informar acerca de algum tema relevante, o que exige que os processos sejam conduzi-

dos de forma restrita aos que compõem o grupo de representantes.

Em razão disso, a diretoria do Sindicato reúne-se semanalmente possibilitando que cada diretor traga ao conhecimento dos demais as demandas que afligem os trabalhadores da FURB, inclusive discutindo o posicionamento do Sindicato frente aos processos que tramitam no Conselho Universitário, pautando-se sempre pela defesa dos interesses dos servidores, no intuito de preservar a integridade dos direitos conquistados e almejando melhores condições de trabalho.

No entanto, é preciso deixar claro que o regime da democracia deliberativa precisa contar com a efetiva participação do grupo de representados, que no caso do Sindicato seriam os docentes e servidores técnico-administrativos da instituição. Sem essa participação, as assembleias perdem o seu propósito, que é o de proporcionar a todos os servidores um espaço em que os mesmos possam se manifestar, propor sugestões e votar em assuntos de seu interesse.

Diante do exposto, podemos dizer que a democracia deliberativa apesar de ser um avanço em termos de decisões mais justas, precisa ser mais valorizada e ter mais espaço nas instâncias de deliberação colegiadas, pois a aproximação entre representantes e representados é algo que deve ser exercitado com mais frequência, já que só assim será possível que as decisões sejam tomadas pela maioria e para a maioria, erradicando toda e qualquer tentativa de imposição autoritária.

Referências:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Democracia_participativa
Lei Complementar de Blumenau-SC, nº 743 de 19/03/2010

Expressão Universitária é uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau. **Jornalista responsável:** Leo Laps (01989JP-DRT/SC).

Projeto gráfico, diagramação, editoração e edição: Leo Laps. **Tiragem:** 4.000 cópias. **Gráfica:** Grupo Paulo Pimentel (Curitiba).

Endereço: Campus I da FURB (Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900

Telefone: 47 3321-0400 ou 47 3340-1477 **E-mail:** sinsepes@sinsepes.org.br

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.

RECICLE! NÃO SUJE A CIDADE!

Presidente: Tulio Vidor **Vice-presidente:** Ricardo Machado **Secretário-geral:** Joni Júlio Evaristo **Tesoureiro:** Luiz Heinzen

1º Tesoureiro: Luiz Donizete Mafra **Diretor Jurídico:** Glauco A. Espíndola **Diretora de Cultura:** Mariana Freitas **Diretor de Imprensa:** Carlos Alberto Silva

Conselho Fiscal: Simone Wagner Rios Largura, Rubia Carla Ribeiro e Décio Zendon (titulares); Natacha Juli Georg (suplentes)

Diretoria do Sinsepes completa dois anos



Sindicato participou de manifestações como o Grito dos Excluídos, com a bandeira da Furb Federal

MOVIMENTOS SOCIAIS E SINDICALISMO

Partimos do princípio de que o sindicalismo se constrói através da luta da classe trabalhadora em seus mais diversificados ofícios e instrumentos de organização. Para isso, priorizamos a aproximação com o Fórum dos Trabalhadores de Blumenau, realizando atividades e mobilizações em parceria. Esta perspectiva nos levou a apoiar e dar solidariedade bastante pontual à greve dos Bancários e dos trabalhadores do transporte coletivo (SINDETRANSOL), bem como combater os ataques golpistas à atual direção do SINVAC (Sindicato dos Vigilantes de Blumenau e Região). Estes dois anos ficaram marcados pela expressiva participação do SINSEPEs na luta contra a privatização do esgoto em Blumenau. Esta mobilização implicou na realização do plebiscito sobre a privatização, além dos manifestos em frente à Prefeitura e na Câmara dos Vereadores. Nossa presença também foi efetiva na organização e participação do Grito dos Excluídos, sempre em defesa da bandeira da educação pública e da FURB Federal. Conscientes da relação entre os problemas sociais do campo e da cidade, contribuímos com a participação na Romaria da Terra realizada em Ilhota, bem como com a marcha do MST

em abril de 2009.

Para definir as estratégias e políticas do SINSEPEs, em 2009 foi realizado o 4º Congresso SINSEPEs, com palestras de Giovanni Alves (Sociólogo - UNESP), Jorge Leandro Lobe (advogado) e Fabiano Machado (Fisioterapeuta - CEREST). Os participantes do evento deliberaram os rumos para os próximos anos da entidade. Sobre tudo, ficou muito marcada a necessidade de reagir à instabilidade jurídica dos contratos de trabalho na FURB e aos processos de adoecimento laborais.

No âmbito estadual, nos aproximamos principalmente do SINTUFSC, através da participação em atividades realizadas pelo sindicato na UFSC. Nacionalmente, participamos na construção dos dois últimos congressos (Campinas, Santos) da Intersindical como uma forma de ampliar nossa articulação política e construir agenda comum com outros segmentos da classe no Brasil. Por fim, de caráter internacional, participamos ativamente do último Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre como forma de debater e propor alternativas para o planeta com movimentos sociais dos cinco continentes.



Processo de negociação salarial mobilizou servidores

NEGOCIAÇÃO SALARIAL E PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

Ao longo das discussões com a categoria, a pauta de reivindicações foi revista e simplificada, visando ser mais direta quanto ao entendimento das cláusulas e valorizar as reais necessidades dos trabalhadores. Também foi estabelecida em seu caráter permanente, sendo base para reuniões mensais entre o sindicato e a administração da universidade. Assim, pôde-se ao longo do ano, avançar no atendimento dos itens, independente das eventuais negativas no estabelecimento do acordo em março de cada ano.

O processo efetivo de negociação salarial ganhou importância, uma vez que os diretores do sindicato participam regularmente da formação promovida pelo

Fórum dos Trabalhadores de Blumenau. O tratamento em relação à reitoria e à própria base passa a ser mais capacitado, permitindo que as discussões se baseiem no que realmente interessa à categoria. Essa postura, aliada à forte mobilização dos servidores e à posição qualificada no Conselho expõe a verdade sobre a negociação, superando a análise focada exclusivamente em dados econômicos. Assim, estamos chegando a uma pauta permanente de reivindicações, focando as intervenções nos meses de fevereiro e março na efetiva negociação salarial e construindo um sindicato defensor dos trabalhadores sem se sujeitar à sazonalidade de negociação.

CULTURA E FORMAÇÃO

Nesta gestão a luta sindical mistura-se com um processo de formação e parcerias culturais. Neste sentido, muitas das atividades tradicionalmente realizadas foram alteradas no seu caráter e formato. Como exemplo, podemos citar o "Café Lilás", na medida que não bastava somente celebrar a mulher, mas tornou-se necessário refletir sobre a condição feminina. Esta reflexão foi promovida com a discussão sobre a mulher militante através da palestra da jornalista Elaine Tavares (2009), mas também dos dilemas da vida cotidiana, através de peça teatral do grupo Fãs de Teatro (2010). Da mesma forma, retomamos o 1º de Maio como dia histórico de luta e formação sindical, contrapondo o seu caráter meramente festivo muitas vezes dado por outros setores da sociedade. Para marcar esta data, em 2009 foi entregue um exemplar do livro Pedagogia da Autonomia para cada servidor sindicalizado, como forma de ressaltarmos que todos os trabalhadores da Universidade precisam estar comprometidos com o processo de aprender e ensinar. Em 2010, foi realizada uma extensa programação cultural com mostra de cinema, apresentação teatral do Grupo Phoenix e show com Dante Ramon Ledesma. Além disso, a gestão promoveu e co-promoveu diversas formações específicas em parceria com outras entidades e movimentos sociais. Citamos aqui as formações com Emílio Gennari, Vito Gianoti, oficina sobre Reforma Agrária, Semana da Consciência Negra, debate sobre mobilidade urbana etc.



Café Lilás de 2010 trouxe apresentação e debate com o Grupo Fãs de Teatro (acima); enquanto no Dia do Trabalhador o poeta e músico Dante Ramon Ledesma fez show na cidade (detalhe)



Fotos: Leo Laps

COMUNICAÇÃO

Foi na comunicação que a gestão investiu pesadamente nestes dois anos, aliando formação, cultura, os debates internos e relação com outros movimentos sociais. O primeiro passo foi a realização de um projeto gráfico para um jornal mensal - o *Expressão Universitária* - que chega hoje à 16ª edição. Com um começo ainda tímido, hoje são impressas 4 mil cópias mensalmente e o jornal é distribuído gratuitamente na FURB e outros pontos estratégicos da cidade, tornando-se atualmente a principal referência de imprensa alternativa da cidade. Outro instrumento impresso é o *Reflexão Sindical*, comunicação mais interna e objetiva a respeito dos temas e acontecimentos de interesse dos servidores da FURB. Em seguida, buscamos ar-

Na televisão, internet e impressos, sindicato se tornou referência de imprensa alternativa na cidade

ticular a imprensa com outras mídias através da elaboração de um site eletrônico (www.sinsepes.org.br) e da criação da conta no Twitter (@sinsepes). Este novo espaço na internet permitiu um contato mais permanente com o servidor e, sobretudo, a criação de um arquivo virtual dos materiais produzidos pela gestão, como por exemplo, os jornais, panfletos e programas de televisão. Por último, vale a pena destacar a retomada do programa de televisão *Cidadania em Debate* na FURBTV. Através da contratação de uma equipe de produção, sob liderança do professor Carlos Silva, o programa investiu em um novo cenário e formato, mantendo sua posição crítica e dando voz aos trabalhadores da região.



ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E REFORMA DA SEDE

Assim que assumiu, a gestão preocupou-se em garantir uma equipe de trabalhadores consolidada, através da contratação de funcionários pela CLT, que anteriormente eram estagiários. Atualmente a secretaria do SINSEPEs é composta por Humberto Schroeder Neto que exerce as funções de secretário das 8h às 12h e das 14h às 18h; e Martin Kreuz, secretário das 17h às 21h. Também foi realizada a contratação do jornalista Leo Laps que coordena toda a assessoria de imprensa do SINSEPEs, incluindo a produção e diagramação do jornal *Expressão Universitária*, bem como, a produção do programa *Cidadania em Debate*. Para contribuir na edição do programa de televisão foi contratado o estagiário Wilsonir Antunes Maiochi, aluno do curso de Comunicação Social. Além destes, também é funcionária a advogada Melânia Ruon, assessora jurídica do Sindicato.

Com o objetivo de reorganizar o espaço e dar acessibilidade às pessoas com necessidades especiais, a sede do SINSEPEs vem passando por pro-



Reforma resultou em um ambiente interno mais amplo e identificação visual mais forte

fundas transformações. Primeiramente, uma alteração da estrutura interna que permitiu criar um ambiente mais amplo e aberto, climatizado, para o servidor usufruir de mais comodidade. Também foi realizada pintura interna e externa, criando um ambiente mais agradável internamente e uma identificação visual mais explícita externamente. Ainda em processo de finalização, as próximas etapas da reforma incluem construção de uma rampa na entrada para cadeirantes e adaptação do banheiro interno.

Também foi priorizado o investimento na independência do sindicato em relação à administração da FURB. Hoje a sede possui linha telefônica própria e autônoma, sendo o ramal interno utilizado somente para recebimento de ligações. O serviço de acesso à internet também foi contratado diretamente, possibilitando ao SINSEPEs autonomia dos servidores da FURB em termos de acesso, autenticação e hospedagem do site eletrônico.

MOBILIZAÇÃO INTERNA E ATUAÇÃO NOS CONSELHOS SUPERIORES

Estes dois anos foram marcados pela constante defesa da democratização das instâncias deliberativas da Universidade, possibilitando aos servidores ver reconhecida sua voz nas decisões relativas à FURB. Neste sentido, o SINSEPEs promoveu a valorização dos Conselhos Superiores (CONSAD e CONSUNI) como espaço de deliberação frente a decisões meramente de reitoria, além de marcar com muita clareza a necessidade de adequar sua composição a um contexto mais representativo, democrático e com equilíbrio maior das forças internas. Essa posição firme por parte da representação dos trabalhadores se deu em contexto bastante turbulento nas discussões internas, só sendo possível sua sustentação a partir de atividades regulares de mobilização. A Ação Civil Pública trouxe a necessidade de adequações legais por parte da FURB, incluindo a composição dos anteprojetos de lei encaminhados ao Executivo municipal para regularização da instituição. As denúncias da diretoria do SINSEPEs, quanto ao encaminhamento obscuro e mentiroso dado na época pela reitoria, possibilitou aos servidores a maior mobilização pontual desde a greve de 2007, culminando com um abaixo assinado de 507 servidores exigindo cumprir a lei preservando os direitos trabalhistas e sem reforma administrativa. O resultado foi a deliberação de extensa discussão para composição do texto legal, aberta aos Conselhos e não restrita ao encaminhamento da Reitoria. Os anteprojetos de lei, a resposta à Ação Civil Pública, o novo Estatuto da FURB, a fusão dos Conselhos resultando no novo CONSUNI, a democratização de sua composição e a alteração das regras eleitorais e do peso do voto nas eleições internas da FURB, todos foram temas que possibilitaram a constante discussão com os servidores e sua mobilização nas assembleias do SINSEPEs e demais atividades.

Contudo, a mobilização não esteve restrita às pautas em tramitação nos Conselhos. Exemplo disso é a intensa participação junto ao Comitê Pró Federalização da FURB e o Projeto FURB Federal, pauta histórica do SINSEPEs inscrita pela posição clara dos servidores quando da realização do plebiscito sobre o tema. Sem diminuir em importância as questões políticas e a defesa dos trabalhadores, consideramos mobilizadora a valorização cultural e a formação dos trabalhadores. A confecção das tradicionais agendas do sindicato (ao lado, a versão 2011), com nova cara e conteúdo, a distribuição de livros, as atividades musicais, exposições de filmes, peças teatrais e suas discussões, marcando as datas comemorativas da categoria, também exemplificam o novo caráter dado à formação e mobilização.



Carta Aberta ao Reitor

Prezado Reitor João Natel,

Entre na FURB em 1987 no curso de graduação em Ciências Sociais. Lutei com o movimento Universidade Urgente que construiu o caráter público da FURB. Retornei depois de meu doutoramento em 1998 como docente. Sou professor vinculado ao Departamento de Ciências Sociais e pesquisador do Mestrado em Desen-

volvimento Regional. Dirigi o Instituto de Pesquisas Sociais (IPS) por dois anos. Acompanhei as gestões de Ziif, Tafner/Fronza, Egon I-II e Deschamps. Apoiei o grupo político que formulou as propostas do programa do candidato Valmor Schiochet e Ralf Ehmke nas últimas eleições para reitoria. Por problemas

personais não tenho podido me envolver mais diretamente na política universitária. Agora que abrimos o seu período de gestão e enquanto a federalização não chegar, gostaria de tornar públicas cinco sugestões práticas que venho repetindo pelos corredores ao longo de mais de 20 anos de compromisso com a FURB:

1 O MIPE NO ENSINO MÉDIO: anualmente realizamos o Mostra Integrada de Pesquisa e Extensão (MIPE) que é uma espécie de feira que premia os melhores trabalhos de iniciação científica. Porque não utilizar estes trabalhos como um mecanismo de divulgação da FURB? Por exemplo, selecionam-se os dez melhores trabalhos das grandes áreas de conhecimento e se promove uma exposição itinerante nas escolas do ensino médio da região. Todos ganham com isso: a) os jovens pesquisadores tem a oportunidade de divulgar seus trabalhos; b) os alunos de ensino médio tem contato com a pesquisa científica; c) a FURB faz circular sua real imagem dentro das escolas de ensino médio.

3 FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR: um dos mandamentos fordistas diz que quanto maior a escala, menor o preço. Essa é a vantagem da competição pelo mercado de ensino superior da região. Isso obriga as concorrentes a baixarem a qualidade para diminuir o preço da mensalidade. A consequência é uma oferta estandardizada de cursos que transforma o ensino superior num coleção de terceiro grau na região. Nós possuímos quase 4 mil disciplinas, porque não flexibilizar os currículos? Num período marcado por um processo de crescente individualização, possibilitar ao aluno a montagem do perfil profissional que deseja é uma vantagem comparativa que não deve ser desperdiçada.

VINCULAR A IMAGEM DA FURB ÀS QUESTÕES SOCIAIS: eu gostava quando na entrada do Bloco A havia o brasão da FURB... Trata-se da instituição mais antiga do interior de Santa Catarina. Tem o compromisso de melhorar o bem-estar da sociedade. Porque não vincular o marketing com questões fundamentais para a nossa sociedade? Anualmente poderíamos fazer a eleição de um tema de interesse social como a luta contra o racismo, igualdade de gênero, proteção do meio ambiente, lutas contra os desastres etc. Consulta-se a comunidade acadêmica por meio de uma eleição eletrônica e coloca-se esta questão em todas as imagens que vinculam a FURB. O próximo ano, por exemplo, poderia ser o "Ano de Luta Contra Homofobia", e assim por diante.

2 CONSELHO MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: um dos maiores desafios do desenvolvimento científico e tecnológico compreende a prospecção de demandas da comunidade, e fazer uma ligação entre a pesquisa universitária e as demandas da sociedade. A FURB tem o dever de patrocinar a criação do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Blumenau. Este conselho seria uma câmara que reuniria todas as instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação de Blumenau e a sociedade e serviria como uma espécie de caixa de ressonância para identificação de demandas das sociedade e conexões com as áreas de pesquisa e extensão (no mestrado em Desenvolvimento Regional desenvolvemos um estudo para a realização da Conferência Municipal e questão técnicas da implantação do conselho).

4 PROGRAMA PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA SATISFAÇÃO: nosso desenvolvimento institucional errático se deve ao fato de que trabalhamos com educação, mas não conhecemos a educação. Ninguém dentro da FURB conhece quais são os mecanismos sociopsicológicos que levam um aluno de ensino médio a escolher um curso superior; ninguém dentro dessa Universidade conhece o grau de satisfação dos alunos; ninguém dentro dessa universidade conhece a imagem da FURB que possuem os alunos que se formaram. Num contexto em que a maior parte das receitas provem do ensino de graduação, a política universitária se converte numa comédia de erros. Precisamos criar um programa que acompanhe a percepção de quem está fora, quem está dentro e quem já saiu da FURB para calibrar nossas ações.

5

Cordialmente,

Dr. Marcos Antônio Mattedi

5ª Conferência Municipal de Cultura de Blumenau

A cidade que queremos

POR MÁRCIO JOSÉ CUBIAK, mestrando no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da FURB e conselheiro municipal de Cultura de Blumenau

Pensar "Qual a cidade que queremos?", tema da 5ª Conferência Municipal de Cultura de Blumenau, em novembro, demanda um sentido de coletividade que, talvez, o mundo da arte/cultura ainda não tenha alcançado na cidade. Faltam elos importantes na reflexão, na produção e na crítica cultural, indispensáveis ao movimento criativo. É preciso mais pedagogia da coletividade. Muitos integrantes do segmento cultural só se manifestam sobre financiamento. Para outros, a coisa vai além, perpassando processos mais complexos.

Senso de coletividade não quer dizer patotinha, nem comunidade num sentido fechado, auto-suficiente. É perceber a importância da ação para mudar o mundo. "Uma andorinha não faz verão", diz a tradição popular. Ação transformadora demanda articulação entre vozes diversas.

Blumenau precisa reconhecer sua diversidade cultural. Ela deve ser base material e simbólica para construir uma cidade sustentável, com qualidade de vida, democracia e pluralidade.

A CIDADE QUE TEMOS

Vivemos em uma cidade estandardizada, que ainda trabalha com a política do Evento ("e...vento, foi-se no vento", como bem salientou o presidente da Fundação Cultural de Joinville. Silvestre Ferreira). Não existem políticas públicas e planejamento de ações, busca de resultados, definição de metas, processos necessários e que envolvem recursos públicos. A Fundação Cultural (FCBLU) foi desmantelada. A estrutura física dos equipamentos culturais está deteriorada. A lista é maior, mas fico por aqui.

PLANO NACIONAL DE CULTURA E OS DESAFIOS DE BLUMENAU

A Conferência deste ano centrou esforços para a construção do Plano Municipal de Cultura, uma inovação bem vinda, surgida dos avanços institucionais acontecidos no plano federal nos últimos anos, através da gestão Gilberto Gil/Juca Ferreira. Um exemplo é o Plano Nacional de Cultura (PNC) aprovado por unanimidade no Sena-

do Federal e que segue agora para sanção presidencial. Após a assinatura, o Ministério da Cultura (MINC) terá 180 dias para definir metas a atingir na implementação do plano.

Demandado pela sociedade por meio da 1ª e 2ª Conferência Nacional de Cultura e em esforço conjunto entre o MINC e o Congresso Nacional, o PNC representa um avanço para a Cultura no país ao definir as diretrizes da política cultural dos próximos 10 anos. O plano estabelece um projeto de longo prazo para ações na cultura, com metas a serem atingidas, seja nos seus aspectos simbólicos ou materiais da cultura, valorizando a diversidade.

Estados e municípios podem aderir. No entanto, ao se observar as políticas do MINC, o fundamental é saber que existem propostas que complementam o PNC e que, observadas em seu conjunto, compõem um arcabouço institucional com direitos e deveres bem definidos para as três esferas da administração pública: municipais, estaduais e federal.

Em Blumenau, esses projetos têm motivado artistas, produtores e entidades da área a imbricar o poder público municipal nestes movimentos. Tem sido difícil. Primeiro, pelo desinteresse do Executivo, segundo pela inaptidão da presidente da FCBLU, Marlene Schindwein, e, terceiro, porque a produção artística e cultural local tem suas qualidades e muitas contradições, uma delas ainda não ser segmento protagonista no cenário do poder político local. Que, por sua vez, nos remete ao desinteresse como pauta política por parte do Executivo e Legislativo.

Há pessoas e grupos preferindo políticas culturais que sirvam a interesses autoritários e que destilam preconceitos. Estes conseguem barrar os avanços institucionais indispensáveis ao aprimoramento da gestão pública. Para quem não acredita que a arte e cultura podem assumir importância nas estratégias de desenvolvimento (social, econômico, político, cultural e ambiental), possivelmente vê a arte com mera finalidade estética, em que artistas renomados caem do céu com seus trabalhos prontos. Isso representa um unilateralismo que não

leva em conta todas as dimensões existentes em torno do que é Cultura. É a visão elitista de civilização e da arte, reproduzindo e amplificando diferenças sociais.

Cabe dizer que as ações de artistas, produtores e associações/entidades culturais visam promover não a diferença, mas valorizar a diversidade. E isto, no tipo de Estado que existe hoje, passa pela racionalização do aparelho estatal, isto é, aquilo que muitos países europeus fizeram no século 20, mas que no Brasil ainda não é projeto realizado: isonomia, igualdade para disputar oportunidades. Quem está militando por políticas culturais espera contribuir para romper com o assistencialismo barato (dar pouco pra muitos e muito para poucos - neste caso, grandes artistas renomados). Hip Hop, Capoeira, Nordestino, Arte Contemporânea, Teatro? Levam migalhas. Blumenau é cada vez mais diversa e plural. Sempre foi, mas um mito foi construído, em partes para campanhas de marketing.

A 5ª EDIÇÃO

Era certo, na avaliação de alguns conselheiros municipais de Cultura, de que esta edição contaria com participação reduzida, se comparada com 2009, em especial pela sensação de impotência do Conselho Municipal de Cultura diante do ignorar permanente de João Paulo Kleinubing para com a pauta cultural.

E não é por menos. Como exemplo anedótico, o indicado para representar o prefeito na abertura da conferência, Rufinus Seibt, teve passagem inesquecível quando pediu recursos financeiros para realizar um sonho seu: um festival de música em Blumenau, como se nenhuma pauta de reivindicações tivesse sido apresentada. Vai ter que pegar senha e esperar na fila.

O foco da 5ª Conferência Municipal de Cultura de Blumenau esteve com os trabalhos práticos de montagem do Plano Municipal de Cultura, numa tentativa de modernizar a gestão cultural aqui em Alles Blau. O resultado da conferência vai contribuir para a convergência de direitos e de-



veres na área cultural entre Blumenau e Governo Federal/Estadual, potencializando as políticas públicas. O passo seguinte é a sua aprovação pelo executivo e legislativo municipal.

Outras questões importantes que também estiveram presentes na conferência foram: a aprovação da lei que cria e regulamenta o novo conselho municipal de políticas culturais, de caráter paritário, substituindo o obsoleto modelo atual; e a criação de um Sistema Municipal de Financiamento Cultural, baseado no fortalecimento dos repasses orçamentários para a FCBLU, para o Fundo Municipal de Apoio à Cultura e a criação de um mecanismo de mecenato municipal baseado em renúncia fiscal a partir da arrecadação de tributos ISSQN e IPTU.

A próxima edição da conferência vai acontecer em maio de 2011, exclusivamente para discutir e organizar o sistema municipal de cultura, um modelo de gestão articulada entre poder público e sociedade civil. A decisão de ir para o início do ano deve-se ao fato de que novembro não é um mês favorável para se continuar debates, pois o recesso e as férias causam um vazio.

Como conselheiro municipal de cultura, como futuro pesquisador da área e como militante cultural, compartilho do ceticismo de muitos quanto a melhorias no cenário cultural. Porém, precisamos participar de toda essa movimentação, valorizar e fortalecer essas instâncias democráticas, como pode ser uma conferência. O conselho precisa ser mais incisivo e menos sutil. À Prefeitura e à FCBLU, cabe executar as propostas. Mas todo mundo tem que manter a Utopia acesa, indagando-se sobre os caminhos e as possibilidades que nos levam a esse querer. É gostar do usado exercício de democracia criativa.

INÍCIO

Jogo de Blumenau



HOJE TEM "CINEARTE". AVANCE UMA CASA



FOTOGRAFE UM ENXAIMELOSO E VOLTE 3 CASAS



JPK CORTOU VERBA PARA A FUNDAÇÃO CULTURAL. VOLTE 5 CASAS.



PLIN, PLIN! JPK ESTÁ NA PROPAGANDA DO NOVO SHOPPING. FIQUE UMA RODADA SEM JOGAR

A TEMPORADA DE TEATRO É UM SUCESSO. JOGUE OUTRA VEZ



CUIDADO! VOCÊ PISOU NA GRAMA. VALTER OSTERMANN MANDOU VOCÊ VOLTAR 3 CASAS

O JOÃOZINHO SUMIU! VOLTE 4 CASAS



EM 2009 O FITUB FOI CANCELADO. FIQUE UMA RODADA SEM JOGAR



O CASARÃO DAS OFICINAS FECHOU POR IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS. VOLTE 5 CASAS



DESCHAMPS FECHOU O DEPARTAMENTO DE CULTURA DA FURB. DÊ 10 PULINHOS NUM PÉ SÓ.

O JORNAL EXPRESSÃO UNIVERSITÁRIA É UM SUCESSO. AVANCE 5 CASAS



AS IDÉIAS DA MARLENE SÃO COPIADAS DA WIKIPÉDIA. VOLTE 8 CASAS

O TELHADO DA ESCOLINHA DE ARTES CAIU. VOLTE 4 CASAS

VISTA SEU CACHORRO DE TRAJE TÍPICO, PARTICIPE DA CAOMINHADA E FIQUE UMA RODADA SEM JOGAR



PÔE NA TELA O VAGABUNDO! ALEXANDRE JOSÉ TE MANDOU PARA A CADEIA, FIQUE UMA RODADA SEM JOGAR.



REFORMA ADMINISTRATIVA OU RESOLVER A AÇÃO CIVIL PÚBLICA? NINGUÉM MAIS ACREDITA NO REITOR DESCHAMPS, FIQUE UMA RODADA SEM JOGAR



UFA, EM 2010 O FITUB VOLTOU. AVANCE 3 CASAS

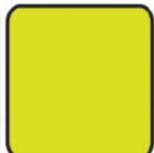
OS MALABARISTAS FORAM PRESOS. VÁ PARA CADEIA SALVÁ-LOS E FIQUE UMA RODADA SEM JOGAR.



O TURISMO TE PRENDEU NO PASSADO. VOLTE AO INÍCIO DO JOGO



QUEREM PRIVATIZAR A VILA GERMÂNICA. AGUARDE E FIQUE UMA RODADA SEM JOGAR



AS ELEIÇÕES NA FURB AGORA SÃO MAIS JUSTAS, OS SERVIDORES VOTAM NA MESMA URNA. AVANCE 3 CASAS



JPK AUMENTOU A PASSAGEM DE ÔNIBUS VOLTE 5 CASAS

É DIA SEM CARRO. AVANCE 4 CASAS

O CIDADANIA EM DEBATE VOLTOU NA FURB TV. AVANCE 5 CASAS



NATEL VENCE ELEIÇÕES E FICA COM UMA BOMBA NAS COSTAS. VOLTE 6 CASAS



AINDA HÁ VÍTIMAS DA ENCHENTE DE 2008 EM ABRIGOS PROVISÓRIOS. VOLTE 30 CASAS PARA COBRAR DO JPK.

FINAL DE JOGO



ATENÇÃO! JPK ALTEROU A LEI E PRIVATIZOU O ESGOTO. VOLTE 9 CASAS

CUIDADO, TEM DENGUE NO VAPOR BLUMENAU VOLTE 2 CASAS

UFA, ACABOU A ERA DESCHAMPS NA FURB. AVANCE 1 CASA



Entrevista: Cláudio Batalha, historiador

“O sindicato tem que levar em conta seus filiados”

Convidado para palestrar durante a *Semana Acadêmica de História da FURB* deste ano, Cláudio Batalha, professor doutor da Universidade Estadual de Campinas (SP), conversou com a reportagem do SINSEPES sobre o movimento dos trabalhadores, estabelecendo comparações entre o período da Primeira República e a atualidade.

A entrevista na sede do sindicato também teve a presença da professora Cristina Ferreira, da FURB, que atualmente faz doutorado sob orientação de Batalha.

SINSEPES Em seus trabalhos você se aprofunda na pesquisa do movimento dos trabalhadores no início da Primeira República. Quais os paralelos que nós podemos fazer entre esse período e hoje?

CLAUDIO BATALHA Há muita coisa diferente. A começar pelo fato de que o sindicalismo do início da República era um sindicalismo voluntário. Não havia sindicatos oficiais, os sindicatos tinham de criar meios, tanto do ponto de vista da ação propriamente sindical como outras formas de ação, para manter e atrair filiados. No sindicalismo de hoje – e os números acabam conduzindo um pouco a isso –, na medida em que se vê a crescente diminuição da sindicalização, os sindicatos se mantêm independente dos sindicalizados. É algo completamente impensável na Primeira República, e pra todo um período anterior. Ou seja, o sindicalismo dependia essencialmente de seus filiados, o sindicalismo era seus filiados. Hoje, por conta da questão do repasse de recursos, por uma série de fatores, o sindicalismo acabou prescindindo dos sindicalizados. Existe, ainda de forma muito tímida, um movimento no sentido de retomar raízes, e eu penso muito mais no caso europeu, no caso específico da França, foi uma tentativa bem-sucedida até certo momento, de retomada das raízes do sindicalismo. Não é só aqui que isso acontece: de modo geral o processo de burocratização, o processo de institucionalização conduziu à perda dessa força inicial do sindicalismo, e não só uma perda de força mas também o próprio propósito do sindicalismo deixou de se tornar algo evidente.

SINSEPES E nesse sentido, de uma maneira bastante particular, não só este processo de burocratização mas o próprio atrelamento das centrais sindicais à estrutura do Estado tem se tornado algo muito forte nos últimos anos, de uma maneira particular no próprio Governo Lula. E essa atual diversificação das centrais sindicais, a burocratização, a institucionalização – apesar de não ser seu foco de pesquisa –, o que você poderia comentar sobre isto?

BATALHA Chegamos a um ponto em que o sindicalismo independe de fato de sua base, e mesmo em alguns aspectos que faziam parte da lógica do sindicalismo, como por exemplo a questão da unicidade sindical, na prática isso vem sendo rompido através de uma série de



LEO LAPAS

mecanismos, muitas vezes não muito legítimos. Mas rompido não por um movimento da base, mas muito mais por interesses das centrais em tirar uma parcela de filiados de uma outra central e coisas do gênero. Houve uma série de episódios nos últimos anos nessa direção, que sub-

amarelos. Por que esse interesse? **BATALHA** Meu interesse inicial foi o seguinte: a maioria da historiografia, à época que comecei meu trabalho, mencionava a existência do sindicalismo amarelo e ao mesmo tempo dizia que este não tinha o menor peso. Isso me levou a traba-

O que se vê com o surgimento de um grande número de associações, e não apenas sindicais, mas também cooperativas, sociedades recreativas, de cunho étnico, religiosas, tudo que se quiser, mostra que há um vigor da sociedade, que rompe com a lógica do Estado todo poderoso e da sociedade civil extremamente fraca.

dividiu certos setores no sentido de criar sindicatos específicos.

SINSEPES Voltando à questão dos seus estudos, existe uma longa tradição de pesquisa sobre sindicatos que se intitulavam como revolucionários. Mas, na sua pesquisa, você optou muitas vezes em pesquisar os chamados sindicatos

ou seja, colocar todos os recursos exclusivamente para fundos de greve, no momento em que havia uma crise econômica, a tendência era de os sindicatos fecharem, porque perdiam seus filiados, etcetera. E aí eu comecei a observar que haviam sindicatos que adotavam esse discurso, porém não adotavam essa prática. Que mantinham, por exemplo, formas de ajuda aos seus filiados, o que se poderia chamar de formas de auxílio de cunho mutualista, do tipo seguro-desemprego, seguro-doença, enfim. É claro que varia enormemente de um caso para outro, mas haviam sindicatos que mantinham os discursos do sindicalismo revolucionário e ao mesmo tempo adotavam sua prática. Eu acabei rompendo inclusive com essa denominação, sindicalismo amarelo, que eu acho uma denominação pejorativa e anacrônica, porque o termo só começa a ser usado no final dos anos 1910, e a existência de duas correntes sindicais está configurado desde o Congresso de 1906. A diferença desse sindicalismo é que eles diziam o seguinte: “Nós queremos um sindicalismo forte, onde os sindicatos tenham recursos, nós queremos que nossas conquistas sejam consagradas em lei”. O que acontecia em vários momentos da Primeira República: por exemplo, as greves de 1907 em torno da questão da jornada de trabalho de oito horas diárias. Vários setores, particularmente em São Paulo, onde as greves foram mais intensas, conseguiram ou as oito horas ou a diminuição da jornada de trabalho. Isso em 1907. Chega ao final de 1908, 1909, começa uma recessão, desemprego, o que acontece: o patronato restabelece o aumento de horas e os sindicatos não tem poder de barganha, não tem condições, não tem forças para preservar aquilo. Então, em virtude dessas idas e vindas, havia parte do sindicalismo que dizia “Nós só vamos ter conquistas de fato se as conquistas forem consagradas em lei”. Então, nesse sentido, sob vários aspectos, há pontos que são inteiramente em comum entre as duas formas sindicais. Há um lado, muito mais retórico do que propriamente prático, que se assume como revolucionário, e o outro diz: “Nós queremos as conquistas que nós conseguimos”. Com todas as aspas, se poderia dizer que é um sindicalismo de resultados, um sindicalismo no sentido de obter conquistas e de se tentar mantê-las.

lhar com o tema, a pesquisar e a ver que, na prática, existe uma distinção que é muito mais discursiva do que de prática cotidiana. Por exemplo: em virtude da situação da Primeira República, os sindicatos que mantivessem única e exclusivamente, como prescreviam os congressos operários, fundos de resistência,

SINSEPES Um outro tema que podemos discutir é qual a sua definição para o associativismo civil e como também passou a se interessar por isso e estudar, fazer esse recorte?

BATALHA Bom, a definição, eu diria que o principal aspecto do associativismo é seu caráter voluntário. Porque um dos primeiros trabalhos que chega a apontar a riqueza do associativismo no período do final do Império para a Primeira República, que é um artigo de um americano chamado Michael Coniff, isso em 1975, usa esse termo como título do artigo que ele escreve: “Associações voluntárias”. Então acho que esse é o primeiro aspecto central, a questão do voluntariado. Segundo aspecto é que isso conduz inclusive a repensar um pouco a ideia consagrada sobre a relação Estado-sociedade civil no Brasil, que é, e não estou dizendo que esteja errada, mas teria que ser um pouco matizada, a ideia de Estado é forte e sociedade civil é fraca. O que se vê nesse processo de surgimento de um grande número de associações, e não apenas em termos sindicais, mas também cooperativas, sociedades recreativas, de cunho étnico, religiosas, tudo que se quiser, mostra que há um vigor da sociedade, uma necessidade de se autoorganizar que rompe um pouco com essa lógica do Estado todo poderoso e da sociedade civil extremamente fraca.

SINSEPES Outra questão é sobre o conceito de classe social, que sempre foi importante para a historiografia ligada à história social. Ao mesmo tempo, no mundo contemporâneo, existem muitas falas de que esse conceito não funciona mais enquanto categoria de análise. Gostaria que você falasse um pouco sobre conceito de classe, como você o compreende, como trabalha com ele.

BATALHA Bom, eu uso o conceito de classe numa leitura próxima àquela que é a leitura de Edward Thompson (historiador britânico, marxista – 1924-1993). Ou seja, de que, na verdade, o historiador acaba operando com duas noções de classe: uma que é uma noção teórica, da classe como categoria fixa em função de seu papel na produção, e o outro, a ideia que de fato vai aparecer na pesquisa, que é a classe no momento que se pensa como tal, que cria inscrições que se reivindicam de classe, que cria toda uma série de mecanismos e uma cultura de classe. Ou pelo menos um projeto de cultura de classe. Que seria a classe histórica, ou seja, no momento em que a classe se reconhece como tal. Que não é muito diferente, eu sei que isso é um pouco controverso com relação àquelas que defendem ou exploram a leitura de Thompson, eu acho que não seja substancialmente diferente da noção de Marx de classe em si e para si. Ou seja, no fundo é apenas uma mudança de terminologia, no meu entender, que acaba revertendo pra mesma coisa.

SINSEPES Sobre o sindicalismo contemporâneo, tivemos esse distanciamento das bases através da relação burocrática com as centrais sindicais. Na sua opi-

nião quais são os mecanismos, as necessidades e possibilidades de mobilizar, de juntar coletivamente os trabalhadores, inclusive para se constituir e se entender enquanto classe? Quais são as estratégias que você considera possíveis? Muitas centrais vem buscando estratégias como fazer shows com duplas sertanejas, como Zezé di Camargo & Luciano. Mas que outras possibilidades nós temos no que se refere à politização, à organização do ponto de vista coletivo, e não só uma entidade burocrática de relação com o Estado?

BATALHA Eu acho que, na verdade, são dois movimentos que temos de

O sindicato tem que trazer as pessoas pra dentro dele. Certas atividades como a realização de cursos, não apenas de formação sindical, mas uma certa vida cultural dentro do sindicato, são passos importantes no sentido de atrair filiados

pensar de maneira conjunta: por um lado, o sindicato tem de deter um certo poder de votação, que não é Zezé di Camargo, mas que não é o objetivo do sindicato substituir o Estado, porém ele tem que trazer as pessoas pra dentro do sindicato. Certas atividades como a realização de cursos, não apenas cursos de formação sindical, propriamente, mas uma certa vida cultural dentro do sindicato, são passos importantes no sentido de atrair filiados. Isso de um lado. De outro lado, um outro movimento que vai um pouco na direção daquilo que eu mencionei na resposta da pergunta anterior, sobre o retorno às raízes, creio que não é possível retornar a todos, ao sindicalismo de origem. Ou seja, o sindicato tem que levar em conta seus filiados, tem que pensar suas ações em função da vontade de seus filiados. Eu vou dar um exemplo muito claro, que é uma questão

Quando um sindicato decide com 20 pessoas e precisa de construir uma maioria, ele acaba se enfraquecendo, que é exatamente o que certos interesses querem. Há de se encontrar mecanismos de representação local, como seções sindicais, que permitam a participação do maior número possível de pessoas na vida e nas decisões do sindicato

sempre difícil de levantar, que as pessoas podem entender mal. No caso da minha universidade: houve greves decididas com assembleias de vinte pessoas ou por aí. Resultado: essas greves foram levadas adiante em dois ou três institutos e o resto da universidade continuou funcionando como se nada fosse. Isso eu acho que é o tipo de situação que conduz ao enfraquecimento e a um desgaste inútil da representação sindical, e que no longo prazo é muito danoso ao funcionamento do sindicato. Porque no momento que o sindicato decide com vinte pessoas e precisa de construir uma maioria – é importante que o sindicato construa sua maioria, vá atrás dos filiados – na verdade ele acaba se enfraquecendo no sentido

de lutas futuras. Ele pode até obter alguma coisinha porque ele fez uma greve com duas ou três unidades, mas no longo prazo isso conduz ao enfraquecimento do sindicato, que é exatamente o que certos interesses querem. Claro que é impensável que se volte para uma ideia de sindicalismo onde as assembleias reúnem milhares de trabalhadores. É impraticável do ponto de vista operacional. Mas há de se encontrar mecanismos de representação local, por exemplo seções sindicais, que permitam de fato a participação do maior número possível de pessoas na vida do sindicato e nas decisões do sindicato. Nesse sentido tem que haver um retorno ao espírito do sindicalismo de

origem. Ainda que sob vários aspectos esse sindicalismo na origem é um sindicalismo onde as categorias especializadas de trabalhadores tem 200, 300 pessoas a categoria inteira. Que está longe de ser a realidade atual da representação sindical. **SINSEPES** Outra discussão importante no mundo contemporâneo, e que era fundamental na Primeira República no Brasil, é a questão da jornada de trabalho. E nós tivemos nos últimos anos um crescimento de movimentos pela redução da jornada de trabalho. E isso sempre foi muito importante na história dos trabalhadores. Eu queria que você pudesse avaliar um pouco essa discussão da jornada de trabalho no Brasil.

BATALHA Há tentativas da redução da jornada de trabalho que em outros países foram implementadas sem que isso implicasse no fim do capitalismo ou na bancarrota das

no trânsito, por exemplo, e isso tira o tempo que elas dispõem para o descanso, o lazer, para outras coisas. **CRISTINA FERREIRA** Você poderia falar um pouquinho mais das associações do Rio de Janeiro, foco do teu trabalho com relação à cultura associativa.

BATALHA Eu faço recortes no Rio de Janeiro não por ser carioca, mas por razões até de ordem prática, de uma certa disponibilidade de fontes que nem sempre acontece com a mesma facilidade em outros lugares. Por diversas razões isso acabou acontecendo no caso do Rio. É muito mais complicado fazer isso no caso de São Paulo e mais ainda às vezes em outros lugares. Mas, enfim, o que eu tento discutir é que a tendência anterior era pensar essas associações de forma muito separada. Ou seja, de pensar: “Bom, os sindicatos”. E se inserir essa discussão no que eu chamo de cultura associativa, em algo que é muito mais amplo, que implica não só na tendência do associar-se, mas inclusive a tendência de, tem uma série de trabalhos que estão caminhando nessa direção e não um trabalho especificamente desenvolvido, de que as pessoas inclusive participassem de diversos tipos de associações. O mesmo indivíduo participasse do mesmo universo de associações. Podia ser membro do sindicato, membro de uma sociedade nacional, frequentemente no caso do trabalho da Beatriz Loner, sobre Pelotas, em Rio Grande, de que uma das maneiras, um dos caminhos que ela está percorrendo na pesquisa foi de tentar identificar as pessoas que eram membros. Os negros de Pelotas, que parece que na visão que se tem da historiografia de que os negros desapareceram no sul, e que era uma parte muito significativa da classe operária pelo-tense, como eles estavam em sociedades negras e ao mesmo tempo no sindicato. E eles só aparecem como negros no momento em que aparecem também em sociedades educacionais negras. No sindicato, a questão da cor acaba desaparecendo. Então o que eu tento fazer é pensar esse conjunto de associações, que são diversas, mas ao mesmo tempo tem uma dimensão específica, que é a questão da criação de identidades. Quer dizer, se por um lado há um mundo associativo muito mais amplo, é completamente diferente se pretender que uma sociedade operária crie o mesmo tipo, exerça o mesmo papel criador, forjador de uma identidade comum, que tem uma sociedade dos originários da região do Minho, por exemplo. Tem associações desse tipo no caso do Rio. Ou seja, a identidade nacional, em alguns casos, estava em processo de formação, no caso da Alemanha, em que era relativamente recente a unificação, e da Itália, mas não é o caso de Portugal. Ninguém se torna mais português por pertencer a uma sociedade portuguesa. Ao passo que pertencer a uma sociedade que se intitule operária significa estar assumindo uma identidade que não depende apenas da realização de deter um papel no processo produtivo, mas é de se pensar como fazendo parte de um grupo, de uma classe, no sentido mais amplo do termo.

Programa Cidadania em Debate

Toda segunda-feira, às 22h, na Furb TV.
Siga o sindicato no Twitter: @sinsepes

Festa comunitária na Vila União

A comunidade da Vila União, na região das Itoupavas, fará uma festa de fim de ano no dia 18 de dezembro, sábado, a partir das 15h. Além da distribuição de brinquedos e cachorro-quente para as crianças e serviço de bar e cozinha, haverá apresentação do grupo de rap Palavra de Honra, a partir das 18h. A festa será no galpão comunitário da Vila União e terá entrada gratuita. Confira no mapa como chegar



Papai Noel e a cidade espetáculo

Talvez atualmente Blumenau seja um dos exemplos mais bizarros do que chamamos de disneylandização urbana. Esta mercantilização espetacular das cidades privilegia basicamente o marketing e o turismo, criando um espaço cenográfico/ fotográfico que leva à processos de gentrificação (valorização imobiliária e consequente expulsão das populações mais pobres), o esvaziamento das vivências urbanas e da participação popular.

Como se não bastasse o pastiche identitário chamado cultura germânica que foi inventado nas últimas décadas por estratégias publicitárias, agora, estamos ficando cada vez mais reféns dos Papais Noéis e Coelhoos da Páscoa. Em uma relação promíscua e pouco clara entre iniciativa privada e poder público, cada ano que passa assistimos atônitos a ampliação do investimento em decoração nos

principais equipamentos urbanos da cidade. Segundo notícia divulgada no *Journal de Santa Catarina* de 4 de novembro, foram investidos em torno de R\$ 1,5 milhão pelo governo estadual, municipal e setores empresariais naquilo que estão chamando de "Magia de Natal".

Este processo de espetacularização está intimamente ligado o com retrocesso na política cultural contemporânea, afinal, uma cidade que tem mais de um milhão de reais para encher o saco do bom velhinho, é a mesma que vive o títanic cultural.

Para finalizar: Desde 1889 vivemos em uma República e, para tanto, um dos elementos centrais é justamente a separação entre a Igreja e o Estado. Diante disso, será que ninguém se perguntou como o Estado laico pode investir tanto dinheiro em uma festa cristã?



Pierre Bourgeault

diversas



A culpa é dos pobres

Luiz Carlos Prates, o mais famoso lambete-botas da ditadura militar em Santa Catarina, agora ganhou reconhecimento nacional pelo seu racismo e preconceitos de classe. O colunista da RBS, que já é conhecido por comentários como colocar a culpa do estupro na própria vítima e por ter saudades da ditadura, virou polêmica ao colocar a culpa nos pobres pelos acidentes de trânsito em nossas estradas.

Ao ser invocado a explicar o aumento de mortes no trânsito após mais um feriado, Luiz Carlos Prates explicou da seguinte forma: "Hoje qualquer miserável tem um carro. O sujeito jamais leu um livro, mora apertado em uma gaiola que hoje chamam de apartamento, sem nenhuma qualidade de vida, mas tem um carro na garagem." Em sua análise simplista e preconceituosa, Prates explica a violência no trânsito como resultado da "estultícia, falta de respeito, frustração, casais que não se toleram e

popularização do automóvel, resultado deste governo espúrio que popularizou pelo crédito fácil para quem nunca tinha lido um livro".

Em seus comentários fica evidente que não se trata de uma crítica ao uso do transporte individual, mas sim, trata-se de exaltar o automóvel como um privilégio de classe. O que incomoda Prates não é a universalização do seu uso, em detrimento a outros meios de transporte coletivos e mais sustentáveis socialmente. Para ele, a questão se resume ao acesso deste meio de transporte pelos mais pobres.

Para ficar marcada sua arrogância, já virou um chavão o comentário sobre aqueles que "nunca leram um livro". Resta a dúvida: qual é o livro em que Prates tira estas idéias e palavras difíceis para seus comentários? Trata-se do *Mein Kampf* (1925) de Hitler ou do *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1855) do Conde de Gobineau?

Não há História sem esquecimento

Por RICARDO MACHADO, professor do Departamento de História da FURB e vice-presidente do SINSEPEs <ricardomachado1982@gmail.com>

É preciso celebrar nosso passado. É preciso amar nossas origens. É preciso respeitar nossos antepassados. É preciso lutar contra o esquecimento....

Estas e outras frases imperativas similares tem circulado com muita potência no mundo contemporâneo. Nas últimas décadas vivemos um verdadeiro drama relativo ao medo do esquecimento, que levou a um profundo investimento em políticas de musealização das cidades através da criação de monumentos e museus, tombamentos patrimoniais e da criação de grandes acervos arquivísticos usando do registro e compilação de quase tudo que existe ou um dia existiu. Parece haver um passado que se recusa a ser passado, e sua recordação impõe-se como imperativo de ordem política.

No livro "Alegoria do patrimônio", Françoise Choay problematiza a invenção das estratégias de lembrar em fins do século 18 e ao longo do 19. Este período, esteticamente e politicamente identificado com a modernidade, produziu profundas transformações através da revolução industrial e formação dos Estados Nacionais. É justamente neste momento, onde há um processo intenso de transformação na vida urbana que surgem as primeiras políticas de conservação patrimonial, e sobretudo, a invenção da própria história enquanto saber científico. Com isso, podemos dizer que as políticas da memória são feitas da modernidade, ou ainda, que o desejo do progresso e as intensas transformações é que produziram o medo do esquecimento.

O conjunto de investimentos sobre a memória podem ser lidos como a tentativa de criar um porto seguro para uma sociedade em crescente instabilidade no tempo e espaço

Por outro lado, foi somente após os anos de 1980 que a memória se tornou uma das preocupações culturais centrais nas sociedades ocidentais. Andreas Huyssen, em seu "Seduzidos pela memória" demonstra que a sociedade do hardware — onde a possibilidade de guardar elementos do passado ampliou-se significativamente — é a mesma sociedade impactada pela amnésia ou o medo de esquecer. Isto implicou em um profundo investimento na memória nas cidades contemporâ-

neas que passou a estar presente no cotidiano das pessoas através de estratégias de culto do passado, produzido por celebrações públicas (como aniversários das cidades), pela circulação nos meios de comunicação e por um intenso processo de museificação das cidades.

O desejo do progresso e as intensas transformações é que produziram o medo do esquecimento

O paradoxal título deste artigo foi retirado de uma das considerações intempestivas de Nietzsche. Para ele, nós temos necessidade da história para viver e para agir, ou seja, a História serve "não para nos afastarmos comodamente da vida e da ação e ainda menos para enfeitar uma vida egoísta de ações desprezíveis e funestas." Em seguida, tecendo profundas críticas ao imenso valor dado à História naquele período, ele finaliza: "logo que se abusa da História ou que lhe atribuímos muito valor, a vida se estiola e se degenera" (NIETZSCHE, 2005. p.68). Afinal, para Nietzsche esta degeneração acaba igualmente por colocar em perigo a própria História.

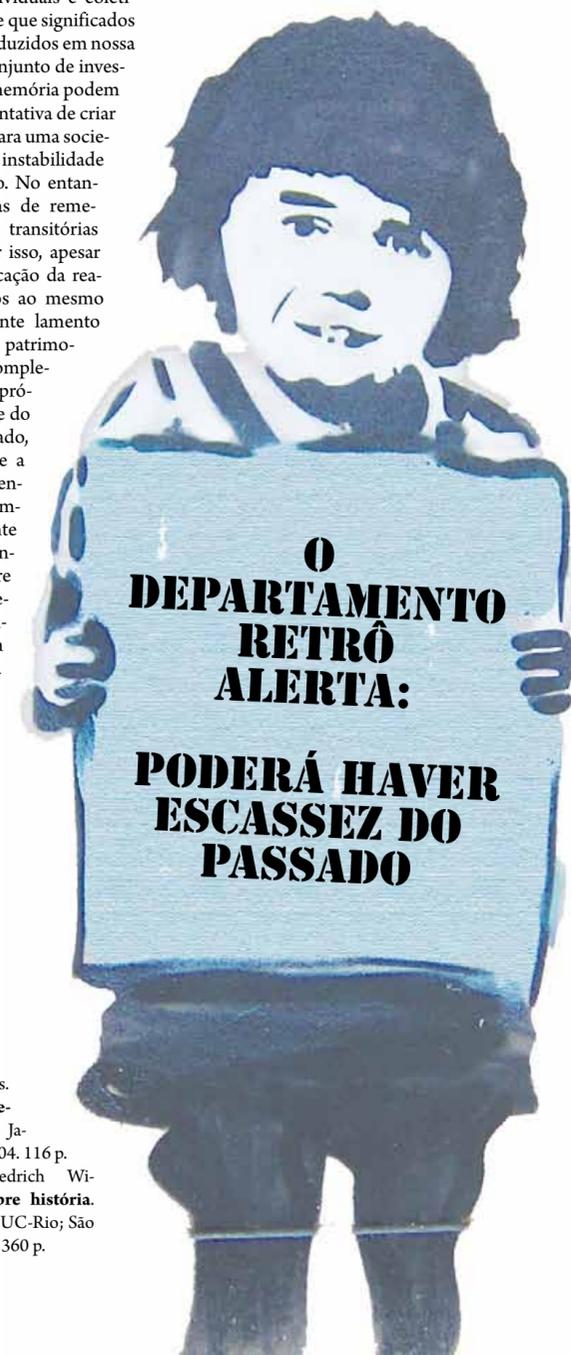
Estas considerações intempestivas nos servem de alerta. Afinal, esquecer não é crime e não há história sem esquecimento. Este complexo processo de presentificação do passado, está fazendo-nos esquecer que, se tudo está arquivado, anotado, controlado e vigiado, a História como criação não é mais possível. Esta relação entre História e Memória está produzindo um passado como um espelho do próprio arquivo, funcionando de forma reificada e desistoricizada. O fato de que exista mais lembrança, como parte das demandas de nossa contemporaneidade, não necessariamente implica em mais conhecimento do passado e muito menos compreensão crítica das experiências pretéritas. Para Huyssen, a crença conservadora de que uma musealização cultural pode proporcionar uma compensação pelas destruições da modernização no mundo social é demasiadamente simples e ideológica. De modo que a própria musealização está sempre em perigo de perder a sua capacidade de garantir a estabilidade cultural prometida.

Diante disso, aos historiadores contemporâneos não basta mais re-

produzir as frases imperativas indicadas no início deste texto. É preciso trazer os investimentos sobre a memória para o campo da problematização do tempo presente. Afinal, memória não é um resgate do passado em si, mas resultado de um conjunto de relações de poder produzidas na atualidade. Talvez o documento e o monumento falem muito pouco sobre o passado, mas tenham muito a dizer sobre quais investimentos individuais e coletivos foram criados e que significados foram por eles produzidos em nossa sociedade. Este conjunto de investimentos sobre a memória podem ser lidos como a tentativa de criar um porto seguro para uma sociedade em crescente instabilidade no tempo e espaço. No entanto, estas estratégias de rememorar são sempre transitórias e incompletas. Por isso, apesar da grande museificação da realidade, vivenciamos ao mesmo tempo um constante lamento relativo à política patrimonial. Mas esta incompletude faz parte da própria transitoriedade do saber sobre o passado, na medida em que a História só existe enquanto um saber implicado intimamente com o tempo presente. O hoje é sempre transitório e esta relação entre presente-passado também é passageira. Desta maneira, a memória já nasce anunciando sua morte prematura.

Referências
Bibliográficas:

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. da UNESP, 2001. 282p, il.
HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. 2. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004. 116 p.
NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Escritos sobre história*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005. 360 p.



Alteração digital sobre foto de Leo Laps

Foto: Mark Cummins - www.flickr.com/markcummins



Insalubridade e trabalho na Furb

POR MELÂNIA RUON, assessora jurídica do SINSEPEs

Em muitos momentos da vida dos trabalhadores, considerando a natureza das atividades ou funções que escolhem ou que necessitam realizar, estes podem se deparar com condições laborais prejudiciais à saúde, caracterizado como trabalho insalubre. Com relação ao tema, ensina Regina Célia Buck: “O vocábulo ‘insalubre’ origina do latim e significa tudo aquilo que pode acarretar doenças, sendo que a insalubridade é a qualidade de insalubre. (...) O trabalho insalubre é aquele que afeta ou causa danos à saúde, provoca moléstias, ou seja, é o trabalho não saudável, não favorável.” (BUCK, 2001, p. 63).

A apuração das condições de trabalho insalubre se dá através da realização de perícia técnica no local de trabalho. A perícia, no entanto, segue as determinações das normas regulamentares expedidas pelo Ministério do Trabalho, assim como também a classificação das atividades consideradas insalubres são, da mesma forma, fixadas pelo Ministério do Trabalho.

Então, feita a perícia e constatada a presença de agentes insalubres nos locais de trabalho, advém daí a certeza do direito ao adicional de insalubridade, cujo direito não se origina apenas a contar daquele momento, mas a contar do início das atividades em condições insalubres.

Isso porque, como ensina Buck, “adicional de insalubridade é o percentual pecuniário, estabelecido por lei, que acrescenta ao salário do tra-

balhador como forma de compensação pelo exercício da profissão em condições que acarretam danos a sua saúde, causados por agentes nocivos, presentes no ambiente de trabalho.”

Como se vê, o adicional é devido como compensação pelo trabalho realizado em condições insalubres e não apenas porque as condições foram detectadas pela perícia técnica, embora essa seja necessária para a confirmação das condições de trabalho insalubre.

Muitos servidores da Furb trabalham em ambiente sujeitos as condições insalubres, sem, contudo, receber o respectivo adicional de insalubridade

Importante salientar ainda que os adicionais, seja de insalubridade ou de periculosidade, compensam apenas o risco, ou seja, a possibilidade de dano de vida ou à saúde daqueles que executam determinados trabalhos classificados como insalubres ou perigosos, porém, em determinadas circunstâncias, não evitam a morte, a doença ou a lesão ocasionada pelo trabalho. Por esse motivo, o ideal seria sempre eliminar os agentes causadores das condições insalubres ou perigosas de trabalho, mas, com todos os esforços, ainda existem situações em que essa elimi-

nação não é possível, mesmo com o uso dos equipamentos individuais de trabalho. É o caso da área da Saúde, por exemplo, que em função da qualidade de determinados agentes insalubres biológicos, onde num só evento ou contato podem causar danos à saúde, não dependendo do tempo de exposição ou da quantidade/concentração dos agentes insalubres.

Em nosso país o direito à redução dos riscos inerentes ao trabalho, assim como o direito ao adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres e perigosas, estão previstas no artigo 7º da Constituição Federal, respectivamente em seus incisos XXII e XXIII. Para os trabalhadores da iniciativa privada, a matéria está regulamentada também na CLT, em seus artigos 189/197, que tratam das questões da insalubridade e da periculosidade. Com relação aos servidores públicos, a regulamentação consta de seus regimes jurídicos ou estatutos.

Na FURB, especificamente, a matéria há muito está regulamentada no Estatuto dos Servidores. Considerando-se essa previsão, apenas a partir do ano de 1995 que ela atinge praticamente todos os servidores concursados da FURB, o direito ao adicional de insalubridade e também periculosidade estavam previstos no artigo 72 do Estatuto dos Servidores da FURB, Resolução nº 13/1995, assim expresso: “Artigo 72 - Os servidores que trabalham com habitualidade em contato permanente com substâncias insalubres

ou em condições perigosas, fazem jus a adicional de insalubridade ou periculosidade, na forma estabelecida pela legislação nacional sobre medicina e segurança do trabalho, adotado por este Estatuto.”

Atualmente o direito ao adicional de insalubridade e periculosidade aos servidores da FURB está previsto nos artigos 103/108, da LC nº 660/2007 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, suas Autarquias e Fundações, aplicado aos Servidores da FURB, por disposição da LC nº 746, de 31 de

A expectativa dos servidores é no sentido de que a nova Administração resolva em definitivo a questão

março de 2010, que dispõe sobre as regras para a aplicação do estatuto dos Servidores Públicos Municipais aos Servidores da FURB.

No entanto, não obstante a existência de previsão legal, muitos servidores da FURB trabalham em ambiente sujeitos às condições insalubres, sem, contudo, receber o respectivo adicional de insalubridade.

Nessa condição, existem aqueles servidores que já ingressaram com ação judicial, inclusive já com perícia técnica judicial realizada e com resultado favorável aos servidores, outros com perícia administrativa da própria FURB, que também já detectou as condições insalubres de seus locais de trabalho, muitos dos quais já encaminharam pedido administrativo para o pagamento do respectivo adicional em função disso, porém, até o presente momento, não recebem o direito tão legítimo, não só legalmente, mas também com amparo na ciência, vez que estes direitos dos trabalhadores se originaram justamente em função da conclusão apresentada pelas pesquisas científicas realizadas na área.

Nesse momento, a expectativa dos servidores é no sentido de que a nova Administração resolva em definitivo a questão, determinando a inclusão em folha de pagamento dos respectivos adicionais de insalubridade ou periculosidade, conforme o caso individual de cada um, a todos aqueles que têm o direito já comprovado por perícia técnica administrativa ou judicial, não apenas para satisfazer o direito tão legítimo, mas para evitar futuras ações judiciais, que acabam por onerar ainda mais os cofres da Universidade, sobretudo porque, além do valor nominal dos adicionais a Universidade acabará arcando com o acréscimo da correção monetária e juros de mora.

Não bastasse tudo isso, a situação que perdura cria ainda a falta de isonomia no tratamento aos servidores, pois muitos daqueles que trabalham em condições insalubres ou perigosas, recebem os merecidos respectivos adicionais, enquanto que outros, nas mesmas condições de trabalho, não os recebem, situação que se apresenta na emergência de solução, pois que o direito de todos emerge dos mesmos fundamentos legais e científicos.

Literatura

A “Estação das chuvas” de Agualusa

POR VIEGAS FERNANDES DA COSTA, editor do Sarau Eletrônico (www.bc.furb.br/saraueletronico) da Biblioteca da FURB <viegas@furb.br>

... a poesia surgiu entre a juventude como o mais óbvio caminho de afirmação cultural: ‘tiravam-nos tudo, a dignidade, as terras, os homens. E no fim o próprio rosto. (...) Tiravam-nos todo o passado e nós olhávamos em volta e não éramos capazes de compreender o mundo. Então começamos a escrever poesia. A poesia era o destino irreparável, naquela época, para um estudante angolano. (...) Os jovens poetas tinham a consciência do seu papel messiânico. ‘Escrevíamos para a história’.

Falas da personagem Lídia ao narrador

Angolano José Eduardo Agualusa pode ser inserido na segunda geração de escritores africanos pós-coloniais. Ou seja, uma geração de autores que problematiza o projeto de identidade nacional, construído a partir dos processos de independência dos países africanos, em oposição a uma primeira geração, que tratava o tema sob uma perspectiva heróica e maniqueísta.

Nascido em 1960, Agualusa esta-

Na perspectiva da uma Angola que se constrói a partir do discurso (ou dos discursos), o autor propõe a reflexão para além do político-ideológico, abrangendo o identitário, não apenas nacional, bem como o étnico, e o papel dos intelectuais nesse processo

va adolescente quando Angola passou pelo tumultuado e complexo processo de independência política de Portugal, acontecida em novembro de 1975, e que jogou o país em uma guerra civil que perdurou até o ano de 2002. Portanto, quando publica “Estação das Chuvas”, lançado originalmente pela editora portuguesa Dom Quixote em 1996, Angola era um país devastado por uma guerra civil que confrontava o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Total Independência de Angola (UNITA). Outro grupo que protagonizou a disputa pela independência e pelo poder angolano foi a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Tais grupos político-militares alinhavam-se segundo os interesses internacionais próprios do contexto da Guerra Fria. Assim, enquanto o MPLA recebia apoio da União Soviética e de Cuba, Estados Unidos e África do Sul apoiavam a UNITA e a FNLA. Outros países, como Inglaterra, Zaire, Portugal e China também se envolveram no conflito. Não bastassem os diferentes interesses políticos, econômicos

e ideológicos que significavam os diversos apoios internacionais aos movimentos de resistência nacionalista e/ou de guerrilha, a complexidade se manifestava dentro de cada grupo, já que não havia uma unidade ideológica. Se é possível afirmarmos que o MPLA representava o marxismo-leninismo, também é verdadeiro que este Movimento abrigava divergências poderosas em suas fileiras, o que acabava transformando aliados em inimigos. É neste contexto politicamente confuso do processo de independência angolano e seus desdobramentos que “Estação das Chuvas”, flertando com a historiografia e a ficção, situa sua fabulação. Assim como em um quadro cubista, onde a apreensão de uma realidade – cujos sentidos só nos permitem um conhecimento fragmentado – nunca é completa; também Agualusa nos dá a conhecer, indiciária e fragmentadamente, a história das lutas pela construção de uma identidade nacional angolana a partir dos relatos da personagem Lídia, poeta, historiadora e militante do MPLA que mesmo após o processo de independência, conheceu a prisão e o exílio. Relatos que nos chegam por meio da voz de um narrador, também personagem, também militante político do MPLA, que entrevistou Lídia e reuniu um pouco dos seus textos e correspondência. A narrativa de “Estação das Chuvas” constrói-se, portanto, de uma forma não linear, fragmentada, ora nos indícios legados por Lídia, ora nas reminiscências do Narrador, ora nos diálogos dos demais personagens, e o quadro desdobrado ante os olhos do leitor torna-se assim multifacetado, próprio de uma nação construída à força das balas e do discurso. Principalmente à força do discurso, pantanosos, móvel, mas consciente de que um país nasce muito mais da palavra do que do concreto armado.

Nesta perspectiva da palavra, de uma nação que se constrói a partir do discurso (ou dos discursos), José Eduardo Agualusa, em “Estação das Chuvas”, propõe a reflexão para além do político-ideológico, abrangendo o identitário, não apenas nacional, bem como o étnico, e o papel dos intelectuais nesse processo, tal qual apresentado na epígrafe com que iniciamos este texto. Lídia – a personagem – tinha consciência do seu papel enquanto intelectual engajada cuja função era produzir documentos ar-

tísticos que pudessem testemunhar a construção de uma nação, apesar de tudo, híbrida. De um hibridismo que conflitava com muitos dos discursos nacionalistas, racializados que eram. É nesta perspectiva que a personagem, quando convidada a participar de uma antologia intitulada “Caderno de poesia negra de expressão portuguesa”, responde: “Aquilo que eu escrevo não tem especialmente a ver com o mundo negro. Tem a ver com o meu mundo, que é tanto negro quanto branco. E sobretudo é o meu mundo! Se quiseres incluir trabalhos meus muda o nome da antologia para ‘Caderno de poetas negros’, mas ainda assim será um disparate, como fazer um ‘Caderno de poetas altos’ ou uma ‘Coletânea de poesia de mulheres obesas.’” E a consciência de Lídia

nos sabiam que os brancos gostavam de participar nas iniciativas culturais, mas só até um certo ponto, e raramente estavam dispostos a prescindir dos seus privilégios de raça e de classe – são estes angolanos brancos identificados na condição de “colonizadores de boa vontade”.

Também os defensores de uma identidade cultural não hibridizada são retratados por Agualusa, que os ironiza, como no caso de Antoine Ninganesa. Segundo o narrador, Antoine “estava sempre a dizer que as pessoas deviam deixar de imitar os brancos e ninguém devia vestir calças ou camisas, ninguém devia comer em pratos de alumínio, ninguém podia utilizar papel higiênico. As vezes exaltava-se e gritava que era preciso fazer tudo ao con-



a respeito do hibridismo cultural de que é consequência, em si e de seu país, torna-se ainda mais claro quando afirma: “todos nós pertencemos a uma outra África que habita também nas Antilhas, no Brasil, em Cabo Verde ou em São Tomé, uma mistura da África profunda e da velha Europa colonial. Pretender o contrário é uma fraude.”

Se, por um lado, Agualusa apresenta uma personagem consciente de seu hibridismo, por outro reconhece a existência de protagonistas que se pretendem “puros” ou, ainda, personagens que poderíamos qualificar na condição de “colonizadores de boa vontade”. O “colonizador de boa vontade” (conceito desenvolvido pelo escritor tunisiano Albert Memmi) reconhece o direito à autodeterminação de uma nação colonizada, e até luta por este direito; entretanto, será sempre um colonizador. Em “Estação das Chuvas” o personagem Mário de Andrade desconfia dos angolanos brancos, no que era acompanhado por Lídia. Segundo o narrador, “am-

trário dos portugueses. E então ele dava o exemplo e começava a andar para trás, como um caranguejo, ou sentava-se numa cadeira com as pernas dobradas ao contrário e virava a cabeça para as costas e falava não pela boca mas pelo ânus”. A força da ironia no trecho que apresentamos aqui torna clara a posição do autor José Eduardo Agualusa a respeito do seu entendimento de identidade cultural. Lídia, a escritora híbrida que, entretanto, não se descuidou do seu papel ante a construção de uma nação, é a heroína da história.

“Estação das chuvas” é um romance típico de seu tempo e contexto. Discute uma Angola que se procura construir e afirmar à luz de uma unidade artificialmente construída pelas mãos europeias e, justamente por este seu aspecto sociológico, sem entretanto se tornar panfletário (longe disso), merece leitura atenta e o coloca na estante de uma literatura pós-colonial que, se não pretende oferecer respostas, problematiza e estimula o debate.

Nascido em 1960, Agualusa era adolescente quando Angola entrou em uma longa guerra civil após obter a independência de Portugal (Foto: Jordi Burch)

Referências bibliográficas:

BUCK, Regina Célia. Cumulatividade dos Adicionais de Insalubridade e Periculosidade. São Paulo, LTr Editora, 2001.



“A Grande Parada”, do Grupo Vis Ceras, de Blumenau, foi baseada em texto do dramaturgo alemão sobre a Segunda Guerra Mundial (Foto: Leo Laps)

POR OLÍVIA CAMBOIM ROMANO, pesquisadora e professora do Departamento de Artes da FURB, mestre em Teatro e licenciada em Artes Cênicas pela UFSC <oliviacamboim@furb.br>

“A importância de estar de acordo”, sob direção de Isnard Azevedo, com estréia em 02 de out. 1981, primeira montagem de um texto de Bertolt Brecht (1898-1956) em Santa Catarina por artistas locais, representou um momento significativo para o teatro catarinense. Além de ser a montagem inaugural de um texto do dramaturgo alemão no estado, marcou a ocupação de espaços alternativos como proposta autêntica de inovação teatral, na medida em que o grupo utilizou uma das salas do Museu de Arte de Santa Catarina, instalado, na ocasião, na antiga Alfândega de Florianópolis.

Brecht, também diretor e teórico, considerado autor da última grande poética teatral do período moderno, a partir da década de 1920, trabalhou sobre o que denominou “teatro épico”, fundamentado no “efeito de distanciamento” e oposto ao chamado teatro aristotélico. Ao condená-la, o autor denominou aristotélica toda dramaturgia que provocasse ilusão e identificação do público com a peça ou do ator com seu papel.

Brecht não confiava que as bases do fenômeno cênico estivessem no texto. Tal idéia pode parecer paradoxal, já que ele era o encenador das peças de sua autoria e nesses textos a fábula é elemento essencial, pois oferecem uma rica fonte de ações. No entanto, para a montagem de suas peças, o texto não deve ser tomado como a base da encenação, mas como um dos ingredientes do evento teatral.

As propostas de Brecht contêm ideais pedagógicos, pois visam provocar o ator e o espectador a tomarem decisões, posicionarem-se criticamente perante os acontecimentos e praticarem ações sociais transformadoras. Por essas razões, o “distanciamento” é mais adequado do que a identificação. O

público e o ator, ao invés de estabelecerem uma relação empática com a obra, identificando-se com as personagens, se surpreendem, aprendem com as situações em que se encontram as personagens e se admiram das próprias relações que vivenciam; assim, por meio das técnicas empregadas no espetáculo, o que é familiar torna-se estranho.

Mesmo empregando técnicas teatrais que rejeitam qualquer tipo de ilusão, a ausência de empatia não é igual à carência de emoções e não implica tal ausência; mas é necessário que os atores tenham clareza crítica quanto às emoções que pretendem criar, pois as emoções presentes no espetáculo devem estar sob controle e, vale destacar, não necessitam serem correspondentes às emoções dos personagens apresentados.

O “efeito de distanciamento” consiste em captar da personagem, ou de um acontecimento, aquilo que é familiar e substituir pelo espanto e pela dúvida. Diante desta situação “distanciada”, em que o ator estabelece um diálogo direto com a plateia, espera-se que esta desconfie do que lhe é habitual, podendo assim posicionar-se criticamente diante dos fatos. Enquanto ato político e ideológico, tal efeito abrange todas as técnicas que revelem os artifícios empregados na construção do espetáculo, atuando em todos os âmbitos da representação: texto, cenografia, sonoplastia, performance do ator etc.

No teatro épico a problemática a ser tratada deve ser conhecida antecipadamente pelos espectadores, e, através de comentários que a todo tempo interrompem as ações, há o impedimento do aumento da “tensão dramática”. Nesse contexto, o conceito de “historicidade” ganha relevo, pois as situações apresentadas devem ser tratadas como históricas e, portanto, possíveis de serem modificadas, transformadas.

A peça deve ser apresentada como histórica, num tempo distanciado do interlocutor, mostrando o pano de fundo ideológico e social que muitas vezes esclarece as motivações, aparentemente, individuais das personagens. As personagens não são vítimas de seus destinos, mas possuidoras de várias facetas, passíveis de transformação. Esse processo põe em jogo a historicidade da obra, no seu próprio contexto, e a da plateia, nas circunstâncias em que assiste ao espetáculo. Desse modo, o espectador pode traçar paralelos entre as situações da peça apresentadas e a sua realidade concreta e, conseqüentemente, refletir criticamente sobre suas próprias ações e reconhecer sua condição social como momentânea e não imposta pela força do destino.

De acordo com as proposições brechtianas, o estabelecimento da comunicação ativa entre o artista e o público é fundamental e se concretiza na continuação das ações fora do teatro, ou seja, as ações são iniciadas no plano ficcional e concluídas no plano da realidade. Pois, a partir de um autêntico diálogo entre o palco e a plateia, fica ao encargo da recepção completar a obra e mudar o curso de suas ações junto à sociedade.

Brecht acreditava na possibilidade da apreensão do conhecimento junto ao prazer, duas instâncias que, ao contrário de se contradizerem, se complementam, e vislumbra um teatro em que todos sentem prazer em solucionar problemas e em refletir criticamente.

A presença dos coros em suas peças é um recurso fundamental e ocupa papel decisivo na comunicação entre a obra e o receptor, na medida em que, como personagem coletivo, comenta as ações e assegura a passagem do particular para o universal. Os coros funcionam como interruptores das ações dramáticas, acendem o debate com o espectador sobre os

eventos apresentados.

O coro intervém na ação com seus comentários para denunciar aquilo que teoricamente deveria representar - um poder unificador. Enquanto elemento de “distanciamento”, alerta o público sobre a necessidade de transformação imediata da sociedade na qual está inserido, oferece possibilidade de formação de uma opinião sobre os eventos apresentados com base em suas próprias experiências.

A arte, para Brecht, era concebida como resultado do processo de uma criação coletiva; porém, utilizada enquanto arma para a conscientização política, unida ao divertimento, e sem perder a poesia e a qualidade artística, para substituir a catarse pela reflexão crítica da realidade.

As peças do dramaturgo alemão permanecem atuais, pois cada leitura de obras, e de seu legado teórico, permite nova alternativa de interpretação e adaptação para o tempo corrente, desde que seja assumida por aqueles que se propõem a encená-lo um posicionamento crítico em concordância com seu momento histórico e com o contexto no qual se está inserido; pois, essas peças podem contribuir para a compreensão das relações sociais existentes.

No último 1º de outubro, quando os catarinenses comemoravam 29 anos da primeira montagem de um texto de Brecht no estado, por uma feliz coincidência, a Sala S113 do curso Artes - Bacharelado em Teatro da FURB foi palco para “A Grande Parada”, baseada em “Terror e miséria do III Reich”, sob direção de Pépe Sedrez, em evento promovido pelo CA de História. Tal montagem confirma que, além das peças do autor permanecerem atuais, sua proposta estético-pedagógica é um modelo artístico entre muitos, possível de ser adaptada de acordo com as diferentes realidades locais.